

Gestão 2005 - 2008

LEI Nº 011.06/2005

DATA: 07.06.2005

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU ANTONIO UDCENSKI, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES SOBRE A ESTRUTURA BÁSICA

- **Art.** 1º Para desenvolver suas atividades legais, constitucionais e administrativas a Prefeitura do Município de Boa Esperança do Iguaçu disporá de unidades organizacionais da Administração Direta e de entidades da Administração Indireta, se necessário, integradas segundo os setores de atividades relativas às metas e objetivos.
- **Art. 2º -** A ação do Governo Municipal terá como objetivo o desenvolvimento do Município e o aperfeiçoamento dos serviços prestados à população mediante o planejamento de suas atividades.
- **Art. 3º -** O planejamento das atividades da Administração Municipal obedecerá às diretrizes estabelecidas nesta Lei e será executado através da elaboração, manutenção e atualização dos seguintes instrumentos:
 - I Plano Plurianual;
 - II Lei de Diretrizes Orçamentárias;
 - III Lei Orçamentária Anual;
 - IV Plano Diretor de Desenvolvimento.

Parágrafo único – A execução e elaboração do planejamento municipal guardará perfeita consonância com os planos e programas do Governo Federal e do Estado do Paraná.

1



Gestão 2005 - 2008

- **Art. 4º** Será supletiva a ação do Governo Municipal nas áreas assistidas pelo Governo Federal e Estadual e, sempre que necessário, buscará mobilizar recursos humanos, materiais e financeiros quando disponíveis.
- **Art.** 5º Sempre que possível e houver interesse público, o Município recorrerá para a execução de obras e serviços, mediante contratação, concessão, permissão ou convênio junto a pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, de forma a alcançar maior rendimento e menores custos, considerando a se evitar encargos permanentes ou ampliação de quadro de pessoal.
- **Art.** 6º Para execução de seus programas o Município poderá, observada a legislação pertinente, utilizar-se de recursos colocados à sua disposição por entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, ou conveniar com outras entidades, promovendo o bem comum, visando soluções e o melhor aproveitamento técnico, administrativo e financeiro.
- **Art. 7º -** A coordenação das atividades da Administração Municipal será exercida em todos os níveis, mediante atuação dos servidores em função de chefia e realização sistemática de reuniões com a participação de todos os integrantes do órgão ou Departamento.
- **Art. 8º -** Os serviços municipais deverão ser permanentemente atualizados, visando a modernização e racionalização dos métodos de trabalhos, com o objetivo de proporcionar melhor atendimento ao público, através de rápidas decisões e, sempre que possível, de execução imediata.
- **Art. 9º** A administração municipal deverá promover a integração da comunidade na vida político-administrativa do município, através de órgãos coletivos, compostos de servidores municipais, representantes de outras esferas de governo e munícipes com atuação destacada na coletividade ou com conhecimento específico de problemas locais.
- **Art. 10 -** O Município procurará elevar a produtividade de seus serviços, através de seleção rigorosa de novos servidores, da implantação de um plano de carreira, promoção por titulação e desempenho e do treinamento e aperfeiçoamento dos servidores existentes, a fim de possibilitar o estabelecimento de níveis de remuneração adequados, e incentivo às elevações funcionais.
- **Art. 11 -** Na elaboração e execução de seus planos e programas, a Prefeitura do Município de Boa Esperança do Iguaçu estabelecerá o critério de prioridades, segundo a essencialidade da obra ou serviço e o atendimento do interesse coletivo.
 - Art. 12 O Poder Executivo será exercido pelo Prefeito Municipal.



Gestão 2005 - 2008

- **Art. 13 -** O Prefeito Municipal será auxiliado diretamente, no exercício do Poder Executivo, pelo Secretário de Governo, pelos Assessores, pelos Diretores de Departamentos e estes auxiliados pelos respectivos Chefes de Divisão, nos termos desta Lei.
- **Art. 14 -** A Administração Direta compreende o exercício das atividades de administração pública municipal, executado diretamente pelas unidades administrativas, a saber:
- I unidade de coordenação, articulação e inter-relação das Assessorias e
 Departamentos e destas com o Chefe do poder Executivo;
- II unidade de deliberação, consulta, orientação e assessoramento ao Prefeito Municipal, nas suas atividades administrativas; bem como a coordenação e integração dos demais órgãos que compõem a estrutura administrativa do Município;
- **III -** Departamentos municipais, órgãos de segundo nível hierárquico, para o comando, coordenação, fiscalização, execução e controle da ação do Poder Executivo.
- IV Divisões, órgãos de execução das atividades inerentes a cada Departamento;

Parágrafo único - A Administração Indireta compreenderá entidades tipificadas na legislação, a saber:

- a) sociedade de economia mista;
- **b)** fundações;
- c) autarquias.
- **Art. 15 -** A estrutura organizacional básica do Poder Executivo do Município de Boa Esperança do Iguaçu, constante do Anexo I, parte integrante desta Lei, será apresentada pelas seguintes unidades:
 - I Secretaria de Governo
 - II Assessorias:
 - a) Assessoria Jurídica
 - b) Assessoria de Assuntos Comunitários
 - c) Assessoria de Imprensa
 - d) Assessoria de Planejamento
 - III Órgãos de Administração Geral
 - a) Departamento de Finanças
 - b) Departamento de Administração e Planejamento
 - IV Órgãos de Administração Específica
 - c) Departamento de Saúde
 - d) Departamento de Educação, Cultura e Esportes
 - e) Departamento de Ação Social
 - f) Departamento de Obras e Serviços Públicos
 - g) Departamento de Viação



Gestão 2005 - 2008

- h) Departamento de Agropecuária
- i) Departamento de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Municipal
- j) Departamento de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Turismo
- k) Departamento de Compras, Licitações e Patrimônio
- I) Departamento de Recursos Humanos

V - Divisões:

- a) Departamento de Finanças
 - Divisão de Tesouraria
 - Divisão de Contabilidade
 - Divisão de Tributação e Fiscalização
 - Divisão de Controle Interno
- b) Departamento de Administração e Planejamento
 - Divisão de Informática
 - Divisão de Protocolo e Arquivo
 - Divisão de Controle de Máquinas e Veículos Públicos
 - Divisão de Planejamento
- c) Departamento de Saúde
- d) Departamento de Educação, Cultura e Esportes
 - Divisão de Educação
 - Divisão de Cultura
 - Divisão de Esportes
- e) Departamento de Ação Social
- f) Departamento de Obras e Serviços Públicos
 - Divisão de Serviços Urbanos
 - Divisão de Obras
- g) Departamento de Viação
 - Divisão de Transporte
 - Divisão de Manutenção de Máquinas
- h) Departamento de Agropecuária
 - Divisão de Pecuária
 - Divisão de Agricultura
- i) Departamento de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Municipal
 - Divisão de Indústria;
 - Divisão de Comércio;
 - Divisão de Desenvolvimento Municipal
- j) Departamento de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Turismo
 - Divisão de Meio Ambiente
 - Divisão de Recursos Hídricos
 - Divisão de Turismo
- k) Departamento de Compras, Licitações e Patrimônio
 - Divisão de Compras
 - Divisão de Licitação
 - Divisão de Patrimônio
- L) Departamento de Recursos Humanos.



Gestão 2005 - 2008

- VI Órgãos de Colaboração com os Governos Federal e Estadual, a saber:
 - a) Junta de Serviço Militar;
 - b) Unidade Municipal de Cadastramento INCRA;
 - c) Representação do Ministério do Trabalho;
 - d) Representação do Instituto de Identificação do Paraná;
 - e) Unidade do Departamento de Trânsito do Paraná;
 - f) Representação da Agência de Fomento do Paraná.
- **Art. 16 -** Os órgãos da Administração Direta e Indireta estarão vinculados ao Prefeito Municipal.

Parágrafo único - Os órgãos da Administração Indireta observarão a política do Governo Municipal.

- **Art. 17 -** A Administração Municipal será assessorada por Conselhos e órgãos colegiados com o objetivo de colaborar nos mais diversos setores da comunidade.
 - Art. 18 Constituem os Conselhos:
 - I Conselho Municipal da Saúde;
 - II Conselho Tutelar;
 - III Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;
 - IV Conselho Municipal de Emprego e Relações no Trabalho;
 - V Conselho de Sanidade Animal;
 - VI Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - VII Conselho Municipal de Educação;
 - VIII Conselho Municipal do Paraná 12 meses;
 - IX Conselho Municipal de Assistência social;
 - X Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
 - XI Conselho Municipal do Programa Bolsa-Escola;
 - XII Conselho Municipal de Desenvolvimento;
 - XIII Conselho Municipal das pessoas Portadores de Deficiência;
 - XIV Conselho Municipal das Políticas do Idoso.
- § 1º Os Conselhos serão responsáveis pela definição das políticas públicas de cada área, bem como o acompanhamento e fiscalização dos fundos respectivos.
- § 2º Outros Conselhos poderão ser criados, por exigência legal ou por interesse do Município.
- § 3º Na composição dos Conselhos deverão ser observadas as exigências legais, bem como incentivada a participação da comunidade.



Gestão 2005 - 2008

- **Art. 19 -** Os Conselhos e órgãos colegiados de que tratam os artigos 17 e 18 terão regulamentação própria, sendo vedada a remuneração de seus membros, com exceção o cargo de Presidente do Conselho Tutelar, que terá legislação própria.
- **Art. 20 -** Para o desempenho das atividades pertinentes aos órgãos que integram a estrutura organizacional ora estabelecida, ficam criados os cargos de provimento em comissão constantes no Anexo I desta Lei, obedecendo-se à lotação, vencimentos e quantidade neles fixados.
- § 1º Com a criação dos cargos previstos no *caput* deste artigo, ficam extintos os cargos comissionados ora existentes.
- § 2º A extinção será gradativa, na medida em que forem nomeados os ocupantes aos cargos definidos nesta Lei.
- **Art. 21 -** Os vencimentos dos ocupantes dos cargos de provimento em comissão são fixados através dos símbolos "**C 1**" a "**C -8**", conforme a natureza, responsabilidade e complexidade das funções inerentes a cada cargo.
- **Parágrafo Único -** Os ocupantes dos cargos/funções de Chefes de Divisão, receberão vencimentos correspondentes ao seu vencimento do cargo efetivo acrescido da gratificação da função de confiança, GFC 01 à GFC 10, ou o valor do cargo comissionado C-3 à C-8.
- **Art. 22 -** Os símbolos e valores dos cargos comissionados respectivamente, obedecerão aos padrões de vencimentos estabelecidos no Anexo II.
- **Art. 23 -** Os cargos criados por esta Lei, de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo, serão exercidos por ocupantes que detenham suficiente habilitação técnica, quando a área de atuação assim o exigir, os quais serão preferencialmente exercidos por servidores de carreira.
- **Art. 24 -** Os cargos de Chefes de Divisão serão preenchidos preferencialmente por servidores de carreira, atendido o mínimo de 30%(Trinta por cento) dos cargos a serem preenchidos pelos servidores municipais.
- **Art. 25 -** O servidor de carreira no exercício das funções de chefia, direção ou assessoramento, que optar pelo vencimento de seu cargo efetivo, perceberá o seu vencimento básico, acrescido da gratificação de função de confiança correspondente, cuja tabela de valores é a constante do Anexo III.
- **Parágrafo único -** A atribuição da gratificação de função de confiança é prerrogativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme a responsabilidade e complexidade da função.



Gestão 2005 - 2008

Art. 26 - Para os efeitos legais, as remunerações dos cargos de provimento em comissão, previstas nos artigos 21, 22 e 25, bem como os valores das gratificações de funções de confiança, somente poderão ser alteradas por Lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso.

TÍTULO II DA ÁREA DE COMPETÊNCIA DAS UNIDADES INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DE CONSULTA, ORIENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO

Art. 27 - O Prefeito Municipal fixará por Decreto a composição, atribuições e forma de funcionamento dos órgãos colegiados de deliberação, consulta e orientação, previsto no Artigo 14 desta Lei, observada a legislação pertinente.

CAPÍTULO II DA SECRETARIA DE GOVERNO

- **Art. 28 -** A Secretaria de Governo é o órgão de assessoramento direto ao Prefeito encarregado de coordenar as funções e desempenho dos demais órgãos, objetivando a unificação de procedimentos administrativos dentro das políticas públicas definidas para o Município, através da articulação e a inter-relação entre todos os Departamentos e demais órgãos da Administração Pública.
 - **Art. 29 -** Ao Secretário de Governo compete:
- I a coordenação das atividades de todos os Departamentos e demais órgãos que compõem a estrutura administrativa, objetivando a unificação de procedimentos e cumprimento das políticas públicas e do planejamento;
 - II a preparação, registro, publicação e expedição dos atos do Prefeito;
- **III** a organização, numeração, manutenção, sob sua responsabilidade, dos originais de leis, decretos, portarias e outros atos normativos pertencentes ao Executivo Municipal;
 - IV o controle dos prazos para a sanção e veto de Leis;
 - V a coordenação para atividades de:
- **a)** imprensa, relações públicas e divulgação das diretrizes, planos, programas e outros assuntos de interesse do Município;
- **b)** redação, registro e expedição de atos do Prefeito, em colaboração com a Assessoria Jurídica;
- VI o apoio administrativo aos órgãos de colaboração com o Governo Federal e Estadual e outros convênios de cooperação;
 - VII a organização e coordenação das atividades de Defesa Civil do Município;



Gestão 2005 - 2008

- **VIII** o acompanhamento dos objetivos, metas e ações do planejamento estratégico de Governo que estejam relacionadas diretamente à competência do Poder Executivo;
- IX promover a inter-relação e integração entre os Departamentos entre si e com o Prefeito;
- **X** desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo, no âmbito de sua área de atuação.

CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

SEÇÃO I DA ASSESSORIA JURÍDICA

- Art. 30 O âmbito de ação da Assessoria Jurídica do Município compreende:
- I a representação judicial e extrajudicial do Município;
- II o exercício das funções de consultoria jurídica da administração direta e indireta do Poder Executivo;
- **III -** a cobrança judicial da dívida ativa do Município; atividades específicas definidas em leis e outras atividades correlatas.

Art. 31 - Ao Assessor Jurídico:

- I as responsabilidades fundamentais e as atribuições comuns a todos os diretores de Departamentos municipais, contidas nesta lei;
- II firmar convênios e acordos com organismos e instituições oficiais ou privadas, para cumprir os objetivos da área da Assessoria Técnica e Jurídica do Município, em consonância com a legislação vigente;
- III avocar, para sua análise e decisão, quaisquer assuntos no âmbito da Assessoria Técnica e Jurídica,
- IV elaborar a redação de minutas de mensagens, anteprojetos de lei, decretos, vetos e regulamentos, examinando-os do ponto de vista da técnica legislativa e do ordenamento jurídico nacional, em face da legislação em vigor;
- V solicitar ao Chefe do Poder Executivo providências visando a promoção de medidas tendentes a propiciar e manter a eficiência e bom funcionamento da pasta;
- VI promover a integração das unidades subordinadas, objetivando o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas;
- **VII** promover a elaboração e aprovar a escala legal de substituições, por ausência ou impedimentos, em assuntos atinentes à pasta;
- **VIII** autorizar as indicações nominais de bolsistas ou participantes em instituições que promovam cursos, seminários e outras atividades de interesse de unidade administrativa;
- IX participar, como membro, de órgãos colegiados de direção superior no âmbito da Administração Pública Municipal;
- X representar o Município junto a instituições oficiais e privadas, estaduais, nacionais ou internacionais, em assuntos atinentes à pasta;



Gestão 2005 - 2008

- **XI** realizar, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Prefeito, o relacionamento do Poder Executivo Municipal com os demais poderes do Município, do Estado e da União;
- **XII** assessorar os órgãos da Administração Direta e, quando necessário, aos da Administração Indireta;
- XIII resolver os casos omissos, bem como esclarecer as dúvidas suscitadas na execução deste regulamento no âmbito da sua pasta, expedindo para tal fim os atos necessários;
- **XIV** desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo, no âmbito de sua área de atuação.

SEÇÃO II DA ASSESSORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

- Art. 32 À Assessoria de Assuntos Comunitários compete:
- I assessorar o Prefeito junto às comunidades e associações existentes no Município;
- II objetivar a organização de novas entidades com fins associativos e classistas que venham contribuir com a administração para a organização comunitária;
- **III** estabelecer o relacionamento das entidades com o Poder Público visando a harmonia e o bem estar social;
- IV estabelecer e organizar encontros com as demais autoridades municipais, estaduais e federais das entidades existentes no município com o propósito de desenvolver atividades das entidades visando alcançarem os objetivos a que se dispõem;
 - V coordenar os órgãos de aconselhamento.
- **Art. 33 -** São atribuições do Assessor de Assuntos Comunitários:
- I o assessoramento e inter-relacionamento do Prefeito junto às comunidades e associações existentes no município;
- II organizar novas entidades associativas e classistas que venham a contribuir com a administração para a organização comunitária;
 - III estabelecer o relacionamento das entidades com o Poder Público;
- IV organizar encontros com as demais autoridades municipais, estaduais e federais das entidades existentes no município possibilitando a elas alcançarem os objetivos a que se dispõem;
 - **V** coordenar os órgãos de aconselhamento.

SEÇÃO III DA ASSESSORIA DE IMPRENSA

- **Art. 33 -** À Assessoria de Imprensa compete:
- I repassar aos órgãos de imprensa da cidade e região os fatos importantes do município para divulgação;



Gestão 2005 - 2008

- acompanhar e registrar todos os eventos realizados no município;
- organizar o cerimonial dos eventos e festividades do município;
- IV coordenador e orientar as atividades do Prefeito no que concerne à divulgação de suas obras.
- **Art. 34 -** São atribuições do Assessor de Imprensa:
- I estabelecer um contato permanente com os órgãos de imprensa da cidade e região, objetivando a divulgação dos fatos importantes da Administração Pública Municipal;
 - acompanhar e registrar todos os eventos realizados no município;
 - III organizar o cerimonial dos eventos e festividades do município;
- IV coordenador e orientar as atividades do Prefeito no que concerne à divulgação de suas obras, encaminhando-as aos órgãos competentes.

SEÇÃO IV DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

- Art. 35 À Assessoria de Planejamento compete:
 - I organizar o plano integrado de desenvolvimento;
 - II elaborar e coordenar projetos e obras públicas a serem desenvolvidos pelos órgãos da Administração Municipal;
 - **III -** realizar estudos e pesquisas de viabilidade de obras;
 - IV apurar os custos de serviços de obras municipais;
 - V desenvolver a elaboração orçamentária, acompanhar a sua execução e prestar assessoria aos órgãos da Prefeitura;
 - VI- acompanhar a elaboração e o desenvolvimento dos Convênios, bem como suas prestações de contas.
 - VII- manter atualizada a planta cadastral do Município;
 - VIII-fiscalizar o cumprimento das normas referentes às construções particulares, zoneamento e loteamento e posturas municipais, bem como os serviços públicos ou de utilidade pública, concedidos ou permitidos pelo Município.
- Art. 36 São atribuições do Assessor de Planejamento:
 - I organizar o plano integrado de desenvolvimento;
 - II elaborar e coordenar projetos e obras públicas a serem desenvolvidos pelos órgãos da Administração Municipal;
 - III realizar estudos e pesquisas de viabilidade de obras;
 - IV apurar os custos de serviços de obras municipais;
 - V desenvolver a elaboração orçamentária, acompanhar a sua execução e prestar assessoria aos órgãos da Prefeitura;
 - VI- acompanhar a elaboração e o desenvolvimento dos Convênios, bem como suas prestações de contas.
 - VII- manter atualizada a planta cadastral do Município;



Gestão 2005 - 2008

VIII- fiscalizar o cumprimento das normas referentes às construções particulares, zoneamento e loteamento e posturas municipais, bem como os serviços públicos ou de utilidade pública concedidos ou permitidos pelo Município.

CAPÍTULO III DOS DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS SEÇÃO I DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

- Art. 37 Será de competência do Departamento de Finanças:
- I a administração e controle dos contratos de prestação de serviços relativos a sua área de atividade e assessoramento aos demais órgãos, na área de sua competência;
- II a administração das dotações atribuídas às diversas unidades, orçamentárias, relativas ao sistema central que representa e outras atividades correlatas;
- **III -** o planejamento operacional e a execução da política econômica, tributária e financeira do Município;
 - IV as relações com os contribuintes;
 - V o assessoramento às unidades do Município em assuntos de finanças;
 - VI a gestão da legislação tributária e financeira do Município;
- VII a inscrição e cadastramento dos contribuintes, bem como a orientação dos mesmos; o lançamento, a arrecadação e a fiscalização dos tributos devidos ao Município;
 - VIII a inscrição da dívida ativa;
 - IX a guarda e movimentação de valores;
- **X** a execução e acompanhamento do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, e da realização financeira do plano de obras, para o acompanhamento das metas físicas;
 - XI a programação do desembolso financeiro;
 - XII a elaboração de empenhos, a liquidação e o pagamento das despesas;
- **XIII -** a elaboração de balancetes, demonstrativos e balanços, bem como a publicação dos informativos financeiros determinados pela Constituição Federal;
- XIV a prestação anual de compras e o cumprimento das exigências do controle externo;
 - XV os registros e controle contábeis;
- XVI a análise, controle e acompanhamento dos custos dos programas e atividades dos órgãos da Administração;
 - XVII a análise da conveniência da criação e extinção de fundos especiais;
 - XVIII o controle e a fiscalização de sua gestão;
- **XIX** a supervisão dos investimentos públicos, bem como o controle dos investimentos e da capacidade de endividamento do Município;



Gestão 2005 - 2008

- **XX -** contratação de auditoria externa, quando necessário, para análise das contas Municipais e outras atividades correlatas.
 - Art. 38 O Diretor do Departamento de Finanças tem por competência:
- I desenvolver e acompanhar os objetivos, as metas e ações do Planejamento Estratégico de Governo que estejam relacionados à Secretaria;
- **II** desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo, no âmbito de sua área de atuação.
 - III promover o aperfeiçoamento contínuo dos profissionais da área;
- IV elaborar o Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento Municipal, compatibilizando-o à Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como acompanhar sua execução;
- V executar as atividades de contabilidade e finanças e as atribuições fiscais e tributárias;
- VI promover a implantação de normas e procedimentos para o processamento de licitações destinadas a efetivar a compra de materiais, obras e contratação de serviços necessários às atividades da Prefeitura, de acordo com a legislação pertinente em vigor;
- **VII -** executar as atividades de contabilidade e finanças e as atribuições fiscais e tributárias;
- **VIII -** desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo, no âmbito de sua área de atuação.

SEÇÃO II DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

- **Art. 39 -** Será de competência do Departamento de Administração e Planejamento:
- I o planejamento operacional dos serviços gerais de guarda, controle e distribuições de materiais; o aproveitamento ou alienação de materiais inservíveis;
- II a administração, controle e manutenção do patrimônio mobiliário e imobiliário do Município;
 - III a administração de arquivo, protocolo, reprografia, meios de comunicação;
- IV a administração dos meios de transporte interno da Prefeitura, compreende operação, controle e manutenção da frota de veículos leves, a normatização do controle, manutenção e uso da frota de máquinas, equipamentos e veículos pesados;
 - V o controle e a fiscalização da frota locada;
- VI a administração e controle da ocupação física dos prédios de uso do Município, bem como o controle dos contratos da locação para instalação de unidades de serviço;
 - VII a guarda e vigilância dos referidos prédios e dos prédios municipais;
- **Art. 40 -** O Diretor do Departamento de Administração e Planejamento tem por competência:



Gestão 2005 - 2008

- I a consecução de normas e controles à administração de material e dos patrimônios mobiliário e imobiliário do município;
- II a execução de normas e controles à padronização, aquisição, guarda, distribuição e controle do material utilizado na Prefeitura;
- **III -** a execução das atividades relativas ao tombamento, registro, inventário, proteção e conservação dos bens móveis e imóveis pertencentes ao Município;
- IV a elaboração de normas e promoção das atividades relativas ao recebimento, distribuição, controle do andamento, triagem e arquivamento dos processos e documentos em geral que tramitam pela Prefeitura;
 - V a coordenação dos serviços no prédio da Prefeitura;
- **VI -** a assessoria e orientação técnica aos órgãos da Administração Direta e Indireta, em assuntos administrativos referentes ao pessoal;
- **VII -** a promoção em articulação com a Secretaria da Saúde, da inspeção de saúde dos servidores, para efeitos de nomeação, licenças, aposentadorias e outros fins legais, bem como a viabilização de técnicas de segurança em medicina do trabalho destinado aos servidores municipais;

SEÇÃO III DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE

- Art. 41 Será de competência do Departamento de Saúde:
- I o planejamento operacional e a execução da política de saúde do Município, através da implementação do Sistema Municipal de Saúde e do desenvolvimento de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde da população, com a realização integrada de atividades assistenciais e preventivas;
- II a vigilância epidemiológica, sanitária e nutricional, de orientação alimentar e de saúde do trabalhador; da prestação de serviços médicos e ambulatoriais de urgência e de emergência;
- **III -** a promoção de campanhas de esclarecimentos, objetivando a preservação da saúde da população;
- IV a implantação e fiscalização das posturas municipais relativas a higienização e à saúde pública;
 - **V** a participação na formulação da política de proteção do meio ambiente;
- VI a articulação com outros órgãos municipais, demais níveis de governo e entidades da iniciativa privada para o desenvolvimento de programas conjuntos e outras atividades correlatas.
 - Art. 42 O Diretor do Departamento de Saúde tem por competência:
 - I promover medidas relativas à proteção da saúde da população;
- II prestar assistência primária nas áreas médicas e odontológicas à população, mediante políticas sociais, econômicas e ambientais que visem a redução, prevenção e eliminação do risco de doença;
- III planejar e executar a política sanitária, nos aspectos de promoção, prevenção e recuperação da saúde;



Gestão 2005 - 2008

- IV controlar e fiscalizar as ações e serviços de saúde, através da execução direta ou de serviços de terceiros;
- V desenvolver as ações de saúde, integrando-se à rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Estadual de Saúde;
 - VI promover a formação da consciência sanitária na criança e no adolescente;
- VII criar e divulgar programas coletivos de prevenção de deficiência e controlar doenças transmissíveis, zoonoses e alimentos, através da manutenção de vigilância sanitária e epidemiológica;
 - VIII promover a fiscalização médico-sanitária;
- **IX** promover, em articulação com a Secretaria da Administração e Planejamento, a inspeção de saúde dos servidores, para efeitos de nomeação, licença, aposentadorias e doutros fins legais, bem como a viabilização de técnicas de segurança e medicina do trabalho, destinadas aos servidores municipais;
- X desenvolver a acompanhar os objetivos, as metas e ações do Planejamento
 Estratégico de Governo, que estejam relacionados á Secretária;
- **XI -** desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo, no âmbito de sua área de atuação.

SEÇÃO IV DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

- **Art. 43 -** Será de competência do Departamento de Educação, Cultura e Esportes:
- I o planejamento operacional e a execução das atividades pedagógicas de ensino, consoante à legislação vigente, compreendendo a pesquisa didático-pedagógica para o desenvolvimento do ensino municipal;
- II o planejamento, coordenação, supervisão, promoção, desenvolvimento e divulgação, de atividades e iniciativas artístico-culturais de lazer e eventos;
- **III -** o desenvolvimento de indicadores de desempenho para o sistema municipal de ensino, compreendendo o controle da documentação escolar, a assistência ao estudante e o gerenciamento nas questões específicas da área;
- IV a articulação com os outros órgãos municipais, com os demais níveis de governo e entidades da iniciativa privada para a programação de atividades com alunos de rede municipal referentes a ensino, assistência social, saúde, fundamental na área de atuação do Município;
- V a programação, organização, coordenação e execução das atividades de promoção e desenvolvimento da cultura;
- VI a fomento às iniciativas comunitárias relacionadas com projetos de natureza cultural que visem concorrer para melhoria das condições de vida da população do Município.
- **VII -** coordenar as atividades desportivas no Município, em todas as suas modalidades;



Gestão 2005 - 2008

- **VIII -** incentivar a participação da comunidade na prática de esportes e atividades para o desenvolvimento corporal;
- **IX** organizar e coordenar torneios municipais, com a participação de escolas, clubes de serviço e demais órgãos da comunidade;
- **X** propor parcerias do Município com empresas da cidade e região para apoio financeiro aos atletas, bem como apoio logístico ao desenvolvimento do esporte amador na cidade;
- **XI -** apoiar a participação dos atletas da cidade em competições regionais, estaduais e nacionais.
- **Art. 44 -** O Diretor do Departamento de Educação, Cultura e Esportes tem por competência:
 - I planejar, orientar a executar as atividades relativas ao ensino;
- II planejar, supervisionar, orientar, acompanhar e controlar o desempenho da Rede Municipal de Ensino, em consonância com as normas do Sistema Federal e Estadual de Educação;
 - III administrar as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
- IV elaborar e coordenar estudos, planos, programas, projetos e pesquisas que viabilizem o desenvolvimento da política educacional e cultural do Município;
- **V** promover a formação permanente e continuada dos profissionais da educação e esportes municipais;
- **VI -** elaborar programas de apoio à cultura, incentivando seu desenvolvimento em todas as suas formas;
- **VII -** fomentar as atividades culturais junto à comunidade, auxiliando-a e proporcionando-lhe condições para o exercício da mesma;
- **VIII -** desenvolver e acompanhar os objetivos, as metas e ações do planejamento estratégico de Governo que estejam relacionados ao seu Departamento;
- **IX -** desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo, no âmbito de sua área de atuação.
- **X** a coordenação das atividades desportivas no Município, em todas as suas modalidades;
- **XI -** incentivar a participação da comunidade na prática de esportes e atividades para o desenvolvimento corporal;
- **XII -** organizar e coordenar torneios municipais, com a participação de escolas, clubes de serviço e demais órgãos da comunidade;
- XIII propor parcerias do Município com empresas da cidade e região para apoio financeiro aos atletas, bem como apoio logístico ao desenvolvimento do esporte amador na cidade;
- **XIV -** apoiar a participação dos atletas da cidade em competições regionais, estaduais e nacionais e acompanhar a delegação.

SEÇÃO V DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

15



Gestão 2005 - 2008

- **Art. 45 -** O Departamento de Ação Social é o órgão que tem por atribuição:
- I a coordenação e supervisão das Políticas de Proteção Social, tais como a Assistência Social, o Direito da Terceira Idade e Idoso e Direito da Pessoa com Deficiência;
- II a execução das ações de desenvolvimento social, prestando assessoria técnico-administrativa às entidades e instituições sócio-comunitárias e às instâncias de gestão das políticas de proteção social, os conselhos, no que se refere à organização e desenvolvimento de seus objetivos.
- III a coordenação e execução de políticas que possibilitem aumento de emprego e renda à população, através da formação de mão-de-obra e integração empresa/escola.
- IV fazer cumprir no Município as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- **V** executar medidas de controle, fiscalização e denúncia aos órgãos competentes sobre a existência de trabalho infantil;
- VI acompanhar e coordenar as atividades dos programas de apoio à erradicação do trabalho infantil, bem como outros programas que visem ao desenvolvimento e proteção da criança e do adolescente;
- **VII -** fiscalizar e agir com rigor aos casos de violência contra as crianças e adolescentes, denunciando os agressores às autoridades competentes;
 - VIII apoiar e incentivar as atividades do Conselho Tutelar do Município.

Art. 46 - O Diretor do Departamento de Ação Social tem por competência:

- I coordenar e supervisionar as ações de apoio comunitário tendo em vista a Assistência Social, o Direito dos integrantes da Terceira Idade e Idoso e o Direito da Pessoa com Deficiência no âmbito do Município;
- II executar ações de desenvolvimento social, prestando assessoria técnicoadministrativa às entidades e instituições sócio-comunitárias e as instâncias de gestão das políticas de proteção social, os conselhos, no que se refere à organização e desenvolvimento de seus objetivos.
- III coordenar e executar políticas que possibilitem aumento de emprego e renda à população, através da formação de mão-de-obra e da integração empresa/escola.
- IV desenvolver e acompanhar os objetivos, as metas e ações do planejamento estratégico de Governo que estejam relacionados ao Departamento;
 - **V** desempenho de outras atividades correlatas.
- **VI -** fazer cumprir no Município as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- **VII -** tomar medidas de controle, fiscalização e denúncia aos órgãos competentes sobre a existência de trabalho infantil;
- **VIII -** acompanhar e coordenar as atividades dos programas de apoio à erradicação do trabalho infantil, bem como outros programas que visem ao desenvolvimento e proteção da criança e do adolescente;



Gestão 2005 - 2008

IX - agir com rigor aos casos de violência contra as crianças e adolescentes, denunciando os agressores às autoridades competentes;

SEÇÃO VI DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

- Art. 47 Será de competência do Departamento de Obras e Serviços Públicos:
- I a coordenação, execução e manutenção de obras de pavimentação de vias e calçadas, galerias, obras de arte, edificações, abertura e implantação de vias urbanas:
- II a execução de serviços de conservação e melhoramento de ruas, parques, canteiros e jardins;
 - III a execução e coordenação do serviço de limpeza pública da cidade;
 - IV administração dos cemitérios;
- V a execução do plano de circulação de veículos e pedestres na área urbana do Município;
 - VI a fiscalização dos serviços públicos concedidos ou permitidos.
- Art. 48 O Diretor do Departamento de Obras e Serviços Públicos tem por competência:
- I coordenar a execução da manutenção de obras de pavimentação de vias e calçadas, galerias, obras de arte, edificações, abertura e implantação de vias urbanas:
- II executar serviços de conservação e melhoramento de ruas, parques, canteiros e jardins;
 - III executar e coordenar serviços de limpeza pública da cidade;
 - IV administrar os cemitérios;
- **V** executar o plano de circulação de veículos e pedestres na área urbana do Município;
 - VI fiscalizar os serviços públicos concedidos ou permitidos.

SEÇÃO VII DO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO

- **Art. 49 -** O Departamento de Viação tem por atribuição:
 - I a coordenação, execução, manutenção e melhorias das estradas rurais;
- II a execução de atividades relativas ao desenvolvimento dos serviços de trânsito, bem como a administração do terminal rodoviário;
 - III a coordenação e fiscalização do sistema de transporte coletivo municipal;
 - IV a coordenação e implantação do sistema de sinalização do Município;
 - V a execução, implantação do sistema viário do Município;
- VI a elaboração da política de controle e localização dos postos de estacionamento de veículos.



Gestão 2005 - 2008

- **VII** o gerenciamento da guarda, manutenção e uso dos equipamentos rodoviários e demais veículos públicos;
- Art. 50 Compete ao Diretor do Departamento de Viação:
 - I a coordenação, execução, manutenção e melhorias das estradas rurais;
- II executar todas as atividades relativas ao desenvolvimento dos serviços de trânsito, bem como a administração do terminal rodoviário;
 - III coordenar e implantar o sistema de sinalização do Município;
 - IV executar, implantar ou modificar o sistema viário do Município;
- V elaborar a política de controle e localização dos postos de estacionamento de veículos, bem como o sistema de carga e descarga de mercadorias no âmbito do Município;
- **VI -** gerenciar a guarda, manutenção e uso dos equipamentos rodoviários e demais veículos públicos;
- **VII -** desenvolver e acompanhar os objetivos, as metas e ações do Planejamento Estratégico de governo que estejam relacionados ao Departamento;
- **VIII -** desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo, no âmbito de sua área de atuação.

SEÇÃO VIII DO DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA

- Art. 51 Será de competência do Departamento de Agropecuária;
- I o planejamento operacional, a formulação e a execução da política de agricultura e abastecimento do Município;
- II o apoio aos produtos rurais para aumento da produção e produtividade agrícola e de criação de gado;
 - III o incentivo à instalação de empresas do setor agro-industrial;
- IV o controle e a informação ao Departamento de Viação de necessidades de recuperação de estradas municipais para facilidade de escoamento da safra;
- **V** o planejamento operacional, a formulação e a execução da política de melhoramento genético e alimentar dos animais, junto aos produtores do Município.
 - Art. 55 O Diretor do Departamento de Agropecuária tem por competência:
- I o planejamento operacional, a formulação e a execução da política de agricultura e abastecimento do Município;
- II apoiar os produtores rurais em ações que visem o aumento da produção e produtividade agrícola e de criação de gado;
 - III o incentivo à instalação de empresas do setor agro-industrial;
- IV o controle a informação ao Departamento de Viação de necessidades de recuperação de estradas municipais para facilidade de escoamento da safra;
- **V** desenvolver e acompanhar os objetivos, as metas e ações do planejamento estratégico de Governo que estejam relacionados ao seu Departamento;
- **VI -** desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo, no âmbito de sua área de atuação.



Gestão 2005 - 2008

VII - o planejamento operacional, a formulação e a execução da política de melhoramento genético e alimentar dos animais, junto aos produtores do Município.

SEÇÃO IX DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

- **Art. 56 -** O Departamento de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Municipal tem por objetivos:
- I a expedição de atos de autorização, permissão e concessão de uso e parcelamento do solo ou o uso de equipamentos públicos;
- II a repressão às construções e aos loteamentos clandestinos, bem como ao comércio irregular;
- **III -** a promoção, estímulo e apoio ao processo de desenvolvimento municipal às iniciativas privadas e públicas relacionadas com o setor industrial, comercial e de serviços;
- IV a realização de contatos com empreendedores que tenham interesse de investir no município e orientá-los para os programas e benefícios oferecidos;
- **V** a promoção, estímulo e fomento às atividades agropecuárias e apoio aos sistemas de distribuição e abastecimento dos produtos agropecuários do Município;
- **VI -** a criação e execução de mecanismos de apoio e incentivo aos produtores rurais, objetivando a geração de emprego e renda.
- **VII** a orientação do desenvolvimento municipal em direção à sua aptidão sócio-econômica;
 - VIII a coordenação do Banco Social do Município;
 - IX a orientação, coordenação e a execução do Plano Diretor aprovado.
- **Art. 57 -** O Diretor do Departamento de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Municipal tem por competência:
- I o controle do planejamento normativo do solo urbano, a execução da política organizacional, a elaboração e o acompanhamento da execução dos convênios firmados com os outros órgãos federais, estaduais e municipais;
 - II a promoção e desenvolvimento de programas habitacionais;
- III organizar, orientar , controlar e coordenar as atividades agropecuárias e de abastecimento;
- IV buscar intercâmbios com órgãos afins, visando o desenvolvimento de parcerias para a realização de práticas economicamente viáveis, ecologicamente sustentáveis e socialmente justas, nas atividades agropecuárias, de comércio, indústria e serviços;
- V a realização de contatos com empreendedores que tenham interesse de investir no município e orientá-los para os programas e benefícios oferecidos;



Gestão 2005 - 2008

- VI organizar, programar, orientar, controlar e supervisionar as atividades relativas ao fomento das atividades industrial, comercial e de serviços no Município;
 - IX coordenar as ações do Banco Social do Município;
 - X orientar, coordenar e fiscalizar a execução do Plano Diretor;
- **XI -** desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo, no âmbito de sua área de atuação.

SEÇÃO X DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS E TURISMO

- **Art. 58 -** Será de competência do Departamento de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Turismo;
- I o planejamento operacional, a formulação e a execução da política de preservação e proteção ambiental do Município;
 - II o desenvolvimento de pesquisas referentes à fauna e à flora;
 - III o levantamento e cadastramento das áreas verdes;
 - IV a fiscalização das reservas naturais urbanas;
 - V a combate permanente à poluição ambiental;
 - VI o combate à várias formas de poluição sonora e visual;
 - VII a definição da política de coleta, reciclagem e disposição do lixo;
 - VIII a apreensão de animais soltos nas ruas;
- IX a execução de projetos visando a preservação de bacias hidrográficas e fundos de vale;
 - X a preservação de mananciais e fontes de água existentes no município;
- XI a coordenação das atividades da Patrulha Agrícola, adequando-as as necessidades da preservação do meio ambiente e de acordo com a legislação municipal sobre o assunto.
- **XII -** estimular e apoiar as iniciativas privadas e públicas ligadas ao serviço de turismo, através de orientação para obtenção de financiamentos, visando o crescimento e progresso do Município, bem como a recuperação e conservação de pontos turísticos existentes;
- **XIII -** organizar, desenvolver e executar campanhas e intercâmbios com órgãos afins, visando o implemento do turismo no Município;
- **Art. 59 -** O Diretor do Departamento de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Turismo tem por competência:
- I a elaboração do planejamento operacional, a formulação e a execução da política de preservação e proteção ambiental do município;
 - II o desenvolvimento de pesquisas referentes à fauna e à flora;
 - III o levantamento e cadastramento das áreas verdes;
 - IV a fiscalização das reservas naturais urbanas;
 - V a combate permanente à poluição ambiental;
 - VI o combate à várias formas de poluição sonora e visual;
 - VII a definição da política de coleta, reciclagem e disposição do lixo;



Gestão 2005 - 2008

- VIII a apreensão de animais soltos nas ruas;
- IX a execução de projetos visando a preservação de bacias hidrográficas e fundos de vale;
 - X a preservação de mananciais e fontes de água existentes no município;
- XI desenvolver e acompanhar os objetivos, as metas e ações do planejamento estratégico de Governo que estejam relacionados ao seu Departamento;
- XII estimular e apoiar as iniciativas privadas e públicas ligadas ao serviço de turismo, através de orientação para obtenção de financiamentos, visando o crescimento e progresso do Município, bem como a recuperação e conservação de pontos turísticos existentes;
- **XIII -** organizar, desenvolver e executar campanhas e intercâmbios com órgãos afins, visando o implemento do turismo no Município;
- XIV coordenar as atividades da Patrulha Agrícola, adequando-as as necessidades da preservação do meio ambiente e de acordo com a legislação municipal sobre o assunto.
- XV desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo, no âmbito de sua área de atuação.

SEÇÃO X DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

- Art. 60 Será de competência do Departamento de Recursos Humanos;
- I o planejamento operacional e a execução das atividades de administração de pessoal, compreendendo recrutamento, seleção, admissão, alocação, remanejamento, exoneração de servidores da administração direta;
- II a elaboração da folha de pagamento e o controle dos atos formal de pessoal;
- III a gestão e manutenção do cadastro de recursos humanos da Administração
 Direta e Indireta;
- IV serviços de assistência social aos servidores, de perícias médicas, de higiene e de segurança de trabalho;
- V realização de exames médicos pré-admissionais, para ingresso na Administração Direta;
- VI a execução da política geral de recursos humanos, compreendendo a uniformização da concessão de benefícios, a gestão do plano de carreiras, a execução da avaliação de desempenho e a implementação da política salarial;
- VII a gestão das relações do município com seus inativos, associações de servidores e sindicatos;
- Art. 59 O Diretor do Departamento de Recursos Humanos tem por competência:
- I o planejamento, execução, supervisão e controle das atividades administrativas em geral;
 - II a proposição de políticas e normas sobre a administração de pessoal;



Gestão 2005 - 2008

- III o controle das atividades relativas ao recrutamento, capacitação, registro e controles funcionais, pagamento de serviços, administração de planos de carreira, da política de técnicas e métodos de segurança e medicina do trabalho e demais assuntos relativos aos serviços municipais;
- IV a organização e coordenação de programas de capacitação e desenvolvimentos dos recursos humanos da Prefeitura;
- **V** a coordenação do relacionamento da Prefeitura com os órgãos representativos dos servidores municipais;
- VI a assessoria e orientação aos órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional, em assuntos administrativos referente a pessoal, material, arquivo e patrimônio;
- **VII -** desenvolvimento de programas de saúde ocupacional, de perícias médicas e de segurança do trabalho;

CAPÍTULO IV DAS UNIDADES ESTRUTURAIS COMUNS AOS DEPARTAMENTOS

- **Art. 60 -** Será ainda de competência do Secretário de Governo:
- **I -** a assistência aos Diretores de Departamentos ou equivalente no desempenho de suas atribuições e compromissos oficiais;
 - II o acompanhamento de despachos;
- III a realização de estudos, avaliação, pareceres, pesquisas e levantamentos de interesse do Município;
- **Art. 61 -** Será de competência das Divisões criadas por esta Lei a operacionalização das atribuições conferidas às respectivas secretarias ou órgãos equivalentes, coordenando o desenvolvimento das atividades dos órgãos de hierarquia inferior a estas vinculadas.
- **Art. 62 -** Será de competência das Assessorias o apoio técnico-administrativo às atividades das secretarias, no desempenho de suas atribuições e responsabilidades, especialmente no controle da:
 - I fiscalização e acompanhamento da execução e programação técnica;
- II a pesquisa, levantamento, análise e avaliação de dados e informações técnicas;
- III a avaliação de resultados alcançados pelo Departamento, tanto para controle dos responsáveis quanto para indução corretiva;

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS



Gestão 2005 - 2008

- **Art. 63** A necessidade de pessoal para o atendimento a programas específicos de iniciativa da União, do Estado ou do próprio Município, poderá ser efetuada através de contratação por prazo determinado, mediante aprovação em teste seletivo público, ou através de nomeação em cargo de provimento em comissão.
- § 1º No caso de nomeação em cargo de provimento em comissão, lei específica criará o cargo, o vencimento com a respectiva simbologia e demais condições de trabalho.
- § 2º Se o programa tiver período determinado para seu início e término, a própria lei que criar o cargo de provimento em comissão determinará sua extinção automática ao final do programa e, sendo de duração indeterminada, os cargos deverão ser extintos em seu término.
- § 3º É permitida a nomeação de servidor de carreira em cargo de provimento de comissão criado especialmente para atender ao programa, ficando este afastado de seu cargo efetivo enquanto durar os trabalhos, podendo optar pelo vencimento do cargo em comissão, sem prejuízo de sua progressão funcional.
- **Art. 64 -** O exercício da função de confiança será supervisionado pela chefia imediata e a sua concessão e dispensa, nos casos em que as condições de trabalho a justifiquem, será atribuição do Chefe do Poder Executivo.
- **Art. 65 -** Ocorrendo falta grave e/ou inobservância dos deveres e proibições, ficam os detentores dos cargos em comissão sujeitos às penalidades estatutárias, quando haverá a destituição do cargo em comissão, para todos os efeitos legais.
- **Art. 66 -** Ficam criados todos os órgãos competentes e complementares da organização básica da Prefeitura mencionados nesta Lei, os quais serão instalados de acordo com as conveniências e possibilidades da administração.
- **Art. 67 -** Fica o Prefeito Municipal autorizado a adequar o Orçamento do Município, tendo em vista as alterações introduzidas por esta Lei, respeitada a legislação aplicável.
- **Art. 68 -** O Prefeito baixará oportunamente o Regulamento Interno da Prefeitura, do qual constarão:
 - I as atribuições gerais das diferentes unidades administrativas;
- II as atribuições específicas e comuns dos servidores investidos nas funções de supervisão e chefia;
- III as normas de trabalho que, pela sua própria natureza, não devam constituir objeto de disposição em separado;
 - IV outras disposições julgadas necessárias.
- **Art. 69 -** No regulamento da Prefeitura, de que trata o artigo anterior, o Chefe do Poder Executivo poderá delegar competência às diversas chefias para proferir



Gestão 2005 - 2008

despachos decisórios, podendo a qualquer tempo avocar a si, segundo seu único critério, a competência delegada.

- **Art. 70** É indelegável a competência decisória do Chefe do Poder Executivo, nos seguintes casos, sem prejuízo de outras que os atos normativos indicarem:
- I autorização de despesas quando esta for superior a 10(dez) salários mínimos;
 - II nomeação, admissão, exoneração e demissão de servidores;
- III aprovação de licitação na forma de carta-convite, tomada de preços, concorrência pública e leilão;
 - V autorização, permissão e concessão de exploração de serviços públicos;
 - VI aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta;
- VII alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio municipal, após autorização legislativa;
 - VIII aprovação de loteamentos e subdivisões de terrenos;
 - IX demais atos previstos como indelegáveis pela legislação federal e estadual.
- **Art. 71 -** Na medida em que forem instalados os órgãos que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, prevista nesta lei, serão extintos automaticamente os demais órgãos, ficando o Prefeito Municipal autorizado a promover as necessárias transferências de pessoal, verbas, atribuições e instalações.
- **Art. 72 -** Enquanto não for definida pela Câmara Municipal o subsídio do Secretário de Governo, este perceberá vencimentos correspondentes ao símbolo CC-1.
- **Art. 78 -** As repartições municipais deverão funcionar internamente de forma integrada e harmoniosa e, externamente, perfeitamente articuladas com os demais órgãos.

Parágrafo único – A subordinação hierárquica, a organização e, principalmente, a integração entre os órgãos que compõem a estrutura administrativa estão definidas no organograma geral da Prefeitura, constante do Anexo I desta Lei.

- **Art. 79 -** Enquanto não aprovado o Regime Interno, definindo as competências dos órgãos ora criados, bem como as diretrizes de planejamento, coordenação, supervisão e fiscalização das ações de competência do Município, observar-se-ão, obrigatoriamente, as diretrizes traçadas por esta Lei.
- **Art. 70 -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, aos sete dias do mês de Junho de dois mil e cinco.

ANTONIO UDCENSKI Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.





Gestão 2005 - 2008

ANEXO I – A - (LEI Nº 011.06/2005)

SECRETARIA DE GOVERNO

ÓRGÃO	CARGO	Nº DE VAGAS	VENCIMENTO
Secretaria de Governo	Secretário de Governo	1	CC-1

ANEXO I - B - (LEI Nº 011.06/2005)

ÓRGÃOS DE ASSESSORIA

ÓRGÃO	CARGO	Nº DE VAGAS	VENCIMENTO
Assessoria Jurídica	Assessor Jurídico	1	
	Municipal		C - 2
Assessoria de Assuntos	Assessor de Assuntos	1	
Comunitários	Comunitários		C-3aC-8
Assessoria de Imprensa	Assessor de Imprensa	1	C-3aC-8
Assessoria de Planejamento	Assessor de Planejamento	1	C-3aC-8

ANEXO I - C - (LEI Nº 011.06/2005)

DEPARTAMENTOS

DEPARTAMENTO	CARGOS	Nº DE VAGAS	VENCIMENTO
Departamento da Finanças	Diretor do Departamento da Finanças	1	C – 1
Departamento de Administr. e Planejamento	Diretor do Departamento de Administr. e Planejamento	1	C - 1
Departamento de Saúde e Ação Social	Diretor do Departamento de Saúde	1	C – 1
Departamento de Educação, Cultura e Esportes	Diretor do Departamento de Educ., Cultura e Esportes	1	C – 1
Departamento de Ação Social	Diretor do Departamento de Ação Social	1	C – 1
Departamento de Obras e Serviços Públicos	Diretor do Departamento de Obras e Serviços Públicos	1	C – 1
Departamento de Viação	Diretor do Departamento de Viação	1	C – 1
Departamento de Agropecuária	Diretor do Departamento de Agropecuária	1	C – 1
Departamento de Indústria, Comércio e Desenvolvimento	Diretor do Departamento de Indústria, Comércio e	1	C – 1



Gestão 2005 - 2008

Municipal	Desenvolvimento Municipal		
Departamento de Meio	Departamento de Meio	1	C - 1
Ambiente, Recursos Hídricos	Ambiente, Recursos		
e Turismo	Hídricos e Turismo		
Departamento de Recursos	Diretor do Departamento de	1	C - 1
Humanos	Recursos Humanos		

ANEXO I - D - (LEI Nº 011.06/2005)

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

Unidade Administrativa	Cargo	Nº de Vagas	Vencimento
Departamento da Finanças	Diretor do Departamento da Finanças	1	C – 1
Divisão de Contabilidade	Chefe da Divisão de Contabilidade	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8
Divisão de Tributação e Fiscalização	Chefe de Divisão de Tributação e Fiscalização	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8
Divisão de Tesouraria	Chefe da Divisão de Tesouraria	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8
Divisão de Controle Interno	Chefe da Divisão de Controle Interno	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8

ANEXO I – E - (LEI Nº 011.06/2005)

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Unidade Administrativa	Cargo	Nº de Vagas	Vencimento
Departamento de Administr. e Planejamento	Diretor do Departamento de Administração e Planejamento	1	C – 1
Divisão de Planejamento	Chefe da Divisão de Planejamento	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8
Divisão de Informática	Chefe da Divisão de Informática	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8



Gestão 2005 - 2008

Divisão de Protocolo e arquivo	Chefe da Divisão de Protocolo e Arquivo	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8
Divisão de Controle de Máquinas e Veículos Públicos	Chefe de Divisão de Controle de Máquinas e Veículos Públicos	1	Venc. Cargo efetivo Mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8

ANEXO I – F - (LEI Nº 011.06/2005)

DEPARTAMENTO DE SAÚDE

Unidade Administrativa	Cargo	Nº de Vagas	Vencimento
Departamento de Saúde	Diretor do Departamento de Saúde	1	C – 1
Divisão Técnica de Planejamento de Saúde	Chefe da Divisão Técnica de Planejamento de Saúde	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8
Divisão de Saúde Pública	Chefe da Divisão de Saúde Pública	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8
Divisão de Enfermagem e Epideomiologia	Chefe da Divisão de Enfermagem e Epidemiologia	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8
Divisão de Farmácia	Chefe da Divisão de Farmácia	1	Venc. Cargo efetivo Mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8
Divisão de Vigilância Sanitária	Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8

ANEXO I – G - (LEI Nº 011.06/2005)

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Administrativa	Cargo	Nº de Vagas	Vencimento
Departamento de Educação, Cultura e Esportes	Diretor do Departamento de Educação, Cultura e Esportes	1	C – 1
Divisão de Educação	Chefe da Divisão de Educação	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8
Divisão de Cultura	Chefe da Divisão de Cultura	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10





Gestão 2005 - 2008

			ou C-3 a C-8
Divisão de Esportes	Chefe da Divisão de Esportes	1	Venc. Cargo efetivo
			mais GFC 01 a 10
			ou C-3 a C-8

ANEXO I - H - (LEI Nº 011.06/2005)

DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

Unidade Administrativa	Cargo	Nº de Vagas	Vencimento
Departamento de Ação	Diretor do Departamento de Ação	1	C - 1
Social	Social		

ANEXO I – I – (LEI Nº 011.06/2005)

DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Administrativa	Cargo	Nº de Vagas	Vencimento
Departamento de Obras e Serviços Públicos	Diretor do Departamento de Obras e Serviços Públicos	1	C – 1
Divisão de Serviços Urbanos	Chefe da Divisão de Serviços Urbanos	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8
Divisão de Obras	Chefe da Divisão de Obras	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8

ANEXO I – J - (LEI Nº 011.06/2005)

DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO

Unidade Administrativa	Cargo	Nº de Vagas	Vencimento
Departamento de Viação	Diretor do Departamento de Viação	1	C – 1
Divisão de Transporte	Chefe da Divisão de Transporte	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8
Divisão de Manutenção de Máquinas	Chefe da Divisão de Manutenção de Máquinas	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8





Gestão 2005 - 2008

ANEXO I – L - (LEI Nº 011.06/2005)

DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA

Unidade Administrativa	Cargo	Nº de Vagas	Vencimento
Departamento de Agropecuária	Diretor do Departamento de Agropecuária	1	C – 1
Divisão de Pecuária	Chefe da Divisão de Pecuária	1	Venc. Cargo efetivo Mais GFC 01 a 10 Ou C-3 a C-8
Divisão de Agricultura	Chefe da Divisão de Agricultura	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8

ANEXO I - M - (LEI Nº 011.06/2005)

DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Órgão	Cargo	Nº de Vagas	Vencimento
Departamento de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Municipal		1	C – 1
Divisão de Indústria	Chefe da Divisão de Indústria	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8
Divisão de Comércio	Chefe da Divisão de Comércio	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8
Divisão de Desenvolvimento	Chefe da Divisão de Desenvolvimento	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8

ANEXO I - N - (LEI Nº 011.06/2005)

DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS E TURISMO

Órgão	Cargo	Nº de	Vencimento
		Vagas	



Gestão 2005 - 2008

Departamento de Meio	•	1	C - 1
Ambiente e Recursos Hídricos	Meio Ambiente e Recursos		
	Hídricos		
Divisão de Meio Ambiente	Chefe da Divisão de Meio	1	Venc. Cargo efetivo
	Ambiente		mais GFC 01 a 10
			ou C-3 a C-8
Divisão de Recursos Hídricos	Chefe da Divisão de Recursos	1	Venc. Cargo efetivo
	Hídricos		mais GFC 01 a 10
			ou C-3 a C-8
Divisão de Turismo	Chefe da Divisão de Turismo	1	Venc. Cargo efetivo
			mais GFC 01 a 10
			ou C-3 a C-8

ANEXO I - O - (LEI N 0 011.06/2005)

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E PATRIMÔNIO

Órgão	Cargo	Nº de Vagas	Vencimento
Departamento de Compras, Licitações e Patrimônio	Diretor do Departamento de Compras, Licitações e Patrimônio	1	C - 1
Divisão de Compras	Chefe da Divisão de Compras	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8
Divisão de Licitações	Chefe da Divisão de Licitações	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8
Divisão de Patrimônio	Chefe da Divisão de Patrimônio	1	Venc. Cargo efetivo mais GFC 01 a 10 ou C-3 a C-8

ANEXO I - P - (LEI Nº 011.06/2005)

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Ór	gão		Cargo	Nº de Vagas	Vencimento
Departamento	de	Recursos	Diretor do Departamento de	1	C - 1
Humanos			Recursos Humanos		





Gestão 2005 - 2008

ANEXO II - (LEI Nº 011.06/2005)

VALORES DOS CARGOS COMISSIONADOS

SÍMBOLO	VALOR
CC 1	1.345,00
C 1	1.345,00
C 2	1.181,00
C 3	1.040,00
C 4	910,00
C 5	780,00
C 6	650,00
C 7	520,00
C 8	390,00

ANEXO III - (LEI Nº 011.06/2005)

VALORES DAS GRATIFICAÇÕES DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

SÍMBOLOS	VALOR
GFC 01	350,00
GFC 02	400,00
GFC 03	450,00
GFC 04	500,00
GFC 05	550,00
GFC 06	600,00
GFC 07	650,00
GFC 08	700,00
GFC 09	750,00
GFC 10	800,00